

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

TERRITÓRIOS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA - BRASIL

Guiomar Inez Germani (UFBA)
Gilca Garcia de Oliveira (UFBA)
Alícia Ruiz Olalde (UFRB)
Ely Estrela (UNEB)

Territórios no Médio São Francisco

(Bahia-Brasil)

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de duas pesquisas: "Acesso a terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino" e "Fundo de Pasto: resistência e sustentabilidade". Ambas têm como área de estudo a região do Médio São Francisco (MSF), no semi-árido baiano recentemente constituído, através da política de desenvolvimento territorial do SDT/MDA, em "Território do Velho Chico". O MSF é um claro exemplo onde a concentração dos poderes econômicos e políticos estão diretamente associados à concentração da terra. Em especial, após 1970, com a criação de novos municípios, que promoveu a partilha territorial e política da região, aliado a reestruturação produtiva impulsionada, principalmente, pela ação do Estado, que alterou, profundamente, as relações de produção na região. Este processo, ainda em curso, gerou novas formas de uso e da propriedade da terra, ao lado de sua valorização e do incentivo aos grandes projetos agropecuários, colocando em risco as formas históricas de acesso à terra e fortalecendo a organização dos trabalhadores rurais sem terra em sua luta pela Reforma Agrária. A questão consiste em entender como, no contexto regional, se articulam esta diversidade de formas de acesso à terra com a recente política de desenvolvimento territorial, que se propõe a modelá-lo como um "território".

1 Introdução

Este artigo apresenta os resultados de duas pesquisas que tem como área de estudo a região do Médio São Francisco, no semi-árido baiano. A primeira pesquisa "Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco"¹ permitiu uma leitura da área de estudo e o mapeamento das diversas formas de acesso á terra no Médio São Francisco servindo de base para identificar e compreender a permanência de comunidades tradicionais e a construção de outras, como resultado da resistência e da luta na/pela terra. Permitiu, também, acompanhar como esta diversidade de formas de acesso à terra identificadas se integram e se articulam na política de desenvolvimento territorial, implantada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na recente constituição do "Território do Velho Chico". (TVC). Na outra pesquisa, sob o título "Fundo de Pasto: resistência e sustentabilidade"² pode-se focar com mais profundidade estas comunidades singulares do semi-árido baiano, evidenciando o modo de vida camponês que tem como pressuposto de sua organização o uso de terras comuns e como resultado uma relação também singular com a natureza. Ambas confluem, portanto, para compreender a ação das políticas públicas e os conflitos e resistências que tem como denominador comum a questão agrária.

Na maioria das áreas rurais no Brasil a democratização das relações de poder está diretamente vinculada ao acesso à terra, tendo sido a concentração desta o principal fator responsável pela centralização de poder e a exclusão social. A região do Médio São Francisco (MSF), área deste estudo é um claro exemplo onde a concentração de poder econômico e políticos estão diretamente associados à concentração da terra. Todavia, no período recente, a atuação dos movimentos sociais e de vários programas governamentais vêm promovendo uma série de iniciativas que têm ampliado o acesso à terra para os agricultores sem terra e promovido o reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas.

Neste artigo buscou-se caracterizar a diversidade das formas de acesso à terra identificadas incluindo aquelas diretamente derivadas da intervenção governamental – a exemplo dos projetos de colonização, irrigação, reforma agrária e crédito fundiário – e aquelas que resultaram do reconhecimento e da legalização de ocupações tradicionais da região – a exemplo das comunidades negras rurais quilombolas e das comunidades de Fundo de Pasto. Isto, aliado à oportunidade de acompanhar a “formação” institucional do “Território do Velho Chico” que permitiu entender a articulação dos atores, as contradições e os conflitos estabelecidos na construção e delimitação desse “Território”.

Os resultados destes trabalhos já foram apresentados em outros fóruns, acadêmicos e não acadêmicos, e pretende-se ampliar a discussão neste XII Encontro Nacional da ANPUR.

2 Metodologia

A proposta da pesquisa “Acesso a terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco” foi construída por pesquisadores do Projeto GeografAR, grupo de pesquisa que vem, desde 1996, desenvolvendo estudos na área rural, buscando entender a complexidade da questão agrária no estado da Bahia. Em especial, buscando entender a “Geografia dos assentamentos na área rural”. Não com o objetivo de buscar um modelo de assentamento ideal, mas buscando construir caminhos metodológicos que permitam identificar os processos de produção do espaço geográfico. Tendo como eixo analítico a produção do espaço através de seus principais agentes, o Estado – através de suas políticas públicas – e os movimentos sociais rurais e suas organizações de apoio – através da organização das lutas e resistências.

A Região Econômica do Médio São Francisco chama a atenção, primeiro pelo fato de ser a região em que há a maior extensão de áreas desapropriadas para Reforma Agrária e o maior número de famílias assentadas no Estado. Soma-se a isto a oportunidade de acompanhar a implementação de uma nova proposta de intervenção do Governo Federal –

capitaneada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrária (SDT/MDA) – que passa a atuar não só local e pontualmente, nem num recorte regional, mas territorial através de sua política de Desenvolvimento Territorial.

Território passa a ser uma unidade de planejamento numa escala mais ampla, que permite visualizar e potencializar as ações do Estado e defini-las com outros critérios. Mas nem sempre o uso do conceito de Território é acompanhado do significado que tem para o geógrafo como uma unidade espacial onde se desenvolvem diferentes relações sociais. Entende-se que os territórios são definidos por relações de poder, são construídos através de embates e conflitos. As características do espaço físico vão oferecer potencialidades, atrativos e limitações que só vão ser aproveitadas ou vencidas pelas relações que os grupos sociais estabelecem. Isto motivou a identificar as contradições produtoras de conflitos e das relações de poder na construção do “Território do Velho Chico”, em especial as que tem como base as formas de acesso à terra.

A delimitação da área de estudo foi definida a partir da classificação de Regiões Econômicas feita pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) considerando os 16 municípios que compõem a Região Econômica do Médio São Francisco com sobreposição dos 17 municípios que constituem o Território do Velho Chico (TVC), segundo a divisão territorial do MDA. Os 19 municípios decorrentes da somatória das duas regionalizações constituem a área de estudo denominada de Médio São Francisco (MSF).³: Com isto não se definia nem uma região nem um território, mas um recorte escalar, uma área de estudo onde se buscou identificar e entender as diferentes relações sociais e as relações de poder que imprimem a dinâmica regional e produzem o espaço geográfico.

A compreensão da dinâmica regional foi feita, inicialmente, a partir do levantamento de material bibliográfico e da coleta de dados secundários. Teve continuidade por meio de seminários temáticos com o depoimento de técnicos e representantes de organizações que atuaram e/ou atuam na região. Estes seminários objetivaram recompor a história por meio das diferentes leituras sobre a região do Médio São Francisco e antecederam às visitas a campo onde foram realizados estudos específicos nas comunidades selecionadas

Foi elaborada também a reconstrução da história da Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), enquanto entidade de reconhecida referência no apoio às comunidades e do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA), enquanto movimento social de mobilização e articulação nas questões da luta pela terra.

3 Breve Histórico da Área de Estudo

O vale do São Francisco começou a ser desbravado, em 1553, quando tiveram início as “entradas” para o interior da colônia orientadas à obtenção de mão-de-obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos, fortalecidas pela exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas. As frentes pioneiras que alcançaram o vale do São Francisco contribuíram para transformá-lo em área de colonização, baseada na criação extensiva de gado cujo mercado foi impulsionado pela descoberta das minas no Alto São Francisco, definindo o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda a extensão do vale, constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio. No entanto, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763) e o esgotamento da produção aurífera, o processo inicial de colonização da região estagnou-se e o comércio de Minas Gerais voltou-se para o mar.

A agricultura, em princípio voltada para a subsistência, implantou-se no vale em paralelo com o processo de povoamento. De maneira geral, os pequenos produtores, proprietários ou não, têm ocupado áreas de vazante ou algumas ilhas disseminadas sobre o leito do rio, sujeitas a desaparecer com as enchentes. Nas vazantes cultivavam-se culturas temporárias, como: milho, feijão, mandioca e arroz, e a produção obtida nos “lameiros” voltava-se praticamente para o abastecimento intrarregional. A cana-de-açúcar e o algodão também foram cultivados, sendo que, a primeira não teve o mesmo nível de importância alcançado na Zona da Mata, enquanto que, o segundo se destacou como cultura expressiva. As áreas dos vales representavam as reservas madeireiras da região, e estão praticamente extintas na atualidade. A pesca se constituiu e ainda se constitui em um importante recurso econômico da região e o mais valioso produto alimentar da população praticado, principalmente, nas lagoas às margens do rio São Francisco.

Em linhas gerais a estagnação no MSF perdurou até a década de 1970, quando ainda era definido como “uma região profundamente arcaica, amolecida pela pobreza, drenada pelas migrações, com longa tradição de violência política praticada por jagunços e coronéis” (CEAS, 1973). O isolamento regional implicou em uma organização econômica e social que mantém, até hoje, alguns traços característicos. Em termos culturais, permitiu a sobrevivência do tradicionalismo e do folclore. O catolicismo mesclou-se com lendas e superstições de origem africana e indígena.

O MSF foi uma zona de fortes coronéis e um dos lugares onde este fenômeno mais resistiu ao tempo. Além do isolamento e do tipo de colonização, os fenômenos do mandonismo, do clientelismo e da violência estão diretamente associados à concentração da

posse da terra. Uma região que se fechou sobre si mesma, desenvolvendo uma cultura local com tipos sociais característicos, como o cabra, o coronel, o cangaceiro, o vaqueiro, o barqueiro, o beradero, o pescador e outros.

Contudo, apesar do poder dominante de coronéis e latifundiários a organização popular desenvolveu traços marcantes nessa região. Neste sentido, ressalta-se a atuação Fundação de Desenvolvimento do São Francisco (FUNDIFRAN), criada em 1971, enquanto entidade jurídica ligada à Igreja Católica, através da Diocese de Barra. Assim, a Igreja Católica passou a assumir um importante papel na conscientização e organização dos mais pobres, de acordo com as novas tendências dos teólogos latino-americanos. A missão desta entidade foi dar suporte às atividades de desenvolvimento na área da Diocese, procurando fortalecer as iniciativas comunitárias. Em 1978 a FUNDIFRAN se desvincula da estrutura da Igreja Católica, mas continua a desempenhar um importante e reconhecido papel na assessoria à organização e apoio às lutas populares.

Embora as intervenções do Estado tenham se iniciado num período anterior, é a partir do final da década de 1970 que se destaca uma maior intervenção governamental no MSF em infra-estrutura, com a construção de rodovias e, em especial construção das duas pontes sobre o rio São Francisco – Ibotirama e Bom Jesus da Lapa –, que permitiu a conexão com Salvador e Brasília, ações necessárias para dar apoio aos fartos financiamentos viabilizados através da SUDENE para a implantação de grandes fazendas de pecuária na região. Também é deste período a implantação de projetos de colonização e, posteriormente, de irrigação. Intervenções que vão significar uma reorganização produtiva, uma valorização fundiária e um novo arranjo regional.

Neste processo, Barra, antiga “rainha”, na época em que predominava o transporte fluvial, foi crescentemente deslocada como centro regional, enquanto que, Bom Jesus da Lapa se destaca como o único município com perímetros irrigados da região do MSF, onde se concentra o maior volume de investimentos e a melhor infra-estrutura urbana. Situada em um entroncamento rodoviário estratégico, que liga Salvador a Barreiras e Brasília, o município foi dinamizado, ainda, pela construção de uma das pontes existentes sobre o rio São Francisco, além do seu papel como importante centro de turismo religioso que contribui para sua ampla dotação hoteleira e comercial. Nas décadas de 1980 e 1990, o processo de urbanização se consolida em todos os municípios da região, embora a população continua sendo predominantemente rural na maior parte dos municípios. Mas, em especial, o processo de reestruturação produtiva fez com que as terras antes pouco utilizadas pelos ditos proprietários passassem por um processo de valorização e disputa.

4 Formas de Acesso à Terra no Médio São Francisco

Na região do MSF assim como em todo o curso do Rio São Francisco, se desenvolvem através dos tempos modos de vida estreitamente vinculados à utilização do rio. Como é característica no padrão de ocupação do semi-árido, também neste caso, a população se concentra às margens do rio. Este nos períodos de cheia deposita em suas margens matérias férteis onde a população aproveita para realizar os cultivos e vencer desta forma as dificuldades impostas pelo clima do semi-árido e pelos períodos de seca. Este modo de vida era complementado com o trabalho eventual de criação de gado nas grandes fazendas. A agricultura de vazante combinada com a agricultura de sequeiro, a pesca e a criação de animais era o modo de vida tradicional na região que atravessou quatro séculos de colonização sem grandes transformações.

Na década de 1970, na região no MSF ainda era muito freqüente a figura do agregado, morador ou lavrador que morava com a família na fazenda do patrão, em pequeno terreno cedido para fazer uma roça para sua sobrevivência. Alguns membros da família trabalhavam para o patrão, recebendo ou não diária, e nos dias “livres” trabalhavam por conta própria. Era freqüente a modalidade das roças arrendadas por uma quantia ou por um contrato de meia, ou de terça e até de quinta parte da produção (CEAS, 1973). Todos estes acordos sempre se realizaram oralmente, sem mais garantia para o lavrador do que a promessa do proprietário.

Nas fazendas de gado era, e ainda é, comum a presença de diaristas. Se o vaqueiro possui cavalo e arreios recebem a “sorte” – um de cada três novilhos nascidos. No caso da pesca das comunidades ribeirinhas, a maioria sempre trabalhou por conta própria, mas são relatados casos de pagamento com meia produção, ou com um terço, quando eles pescam em lagoas de propriedade de alguém. Outra figura típica é a do “caminhoneiro” que tem as funções de transportador e de intermediário (CEAS, 1973).

O que esses relatos revelam é a precariedade das relações de trabalho que tem por base o limitado de acesso à terra que tem prevalecido no MSF. A grande massa fica dependendo, pela vida e pela morte, do trabalho oferecido pelos proprietários de terra. Fica evidente que qualquer tentativa de promover o desenvolvimento e a democratização no MSF deve passar pela ampliação do acesso à terra, pela população mais pobre e esta será a principal consigna para a organização popular de luta pela Reforma Agrária.

Mas antes da Reforma Agrária, chegou o projeto de colonização – o PEC Serra do Ramalho – e os projetos de irrigação da CODEVASF. Paralelo a isso veio o sistema de crédito rural e de incentivos fiscais, em especial da SUDENE, que destinaram enormes

dotações de recursos subsidiados, dirigidos aos grandes proprietários rurais ou transformando em grandes proprietários empresários de fora da região. Foram ações que marcaram um novo momento – historicamente um divisor de águas - no modo de vida do Vale do São Francisco e no aproveitamento de suas águas. Com a introdução de novas técnicas de acesso à água através da irrigação redefiniram-se as atividades produtivas e, como consequência as relações de produção e a estrutura do poder local, assim o “coronel” virou “empresário” ou seu papel é assumido por este.

Isto tudo contribuiu para uma crescente valorização das terras do MSF, em especial as próximas aos rios. O que antes eram terras cujos proprietários permitiam a permanência de moradores e de suas famílias, como já dito – tinham sua roça e cuidavam do gado, “engordando” a terra como reserva de valor –, passam a ter novas possibilidades de investimentos, em grande parte subsidiados pelo Estado, para seus proprietários ou compradores. Investimentos estes que não comportam mais o antigo morador, o agregado, o ribeirinho ou o vaqueiro. As terras valorizadas passam a ser objeto de cobiça e conflito. É neste contexto que a luta pela terra na região encontra na Reforma Agrária uma possibilidade de garantia, não só o acesso à terra dos que não a possuem, mas também a permanência dos que estão na terra a título precário. Sem contar que parte significativa destas terras é devoluta e, em especial, as localizadas às margens do rio São Francisco estão na Linha Média das Enchentes Ordinárias (LMEO) e pertencem à União.

Nesse processo de resistência ganham visibilidades as comunidades tradicionais – em especial as comunidades negras rurais quilombolas, ribeirinhos e as comunidades de fundo e fecho de pasto – e os assentamentos de população através dos diversos programas de acesso à terra implantados pelo Estado – colonização, irrigação, reforma agrária e cédula da terra/crédito fundiário. É, também, neste processo que vai se conformando um caleidoscópio de formas de acesso à terra, novas e antigas, que fazem desta área um rico laboratório para estudo e para a luta de resistência, como pode-se observar na Tabela 1 e Mapa 1.

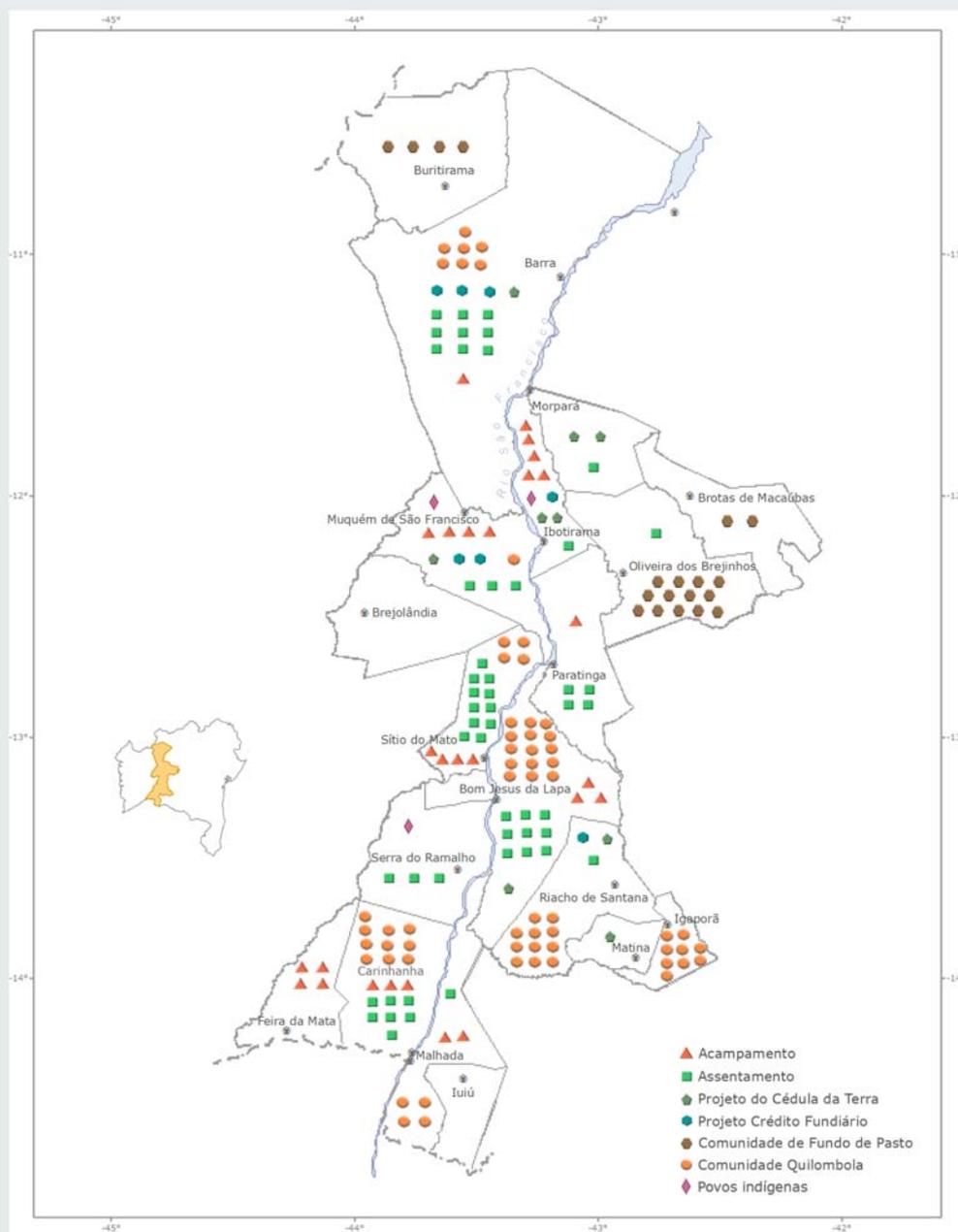
No âmbito deste trabalho buscou-se caracterizar e levantar informações sobre cada modalidade de acesso a terra *per se*, destacando alguns exemplos mais significativos, de modo a permitir identificar e entender seus processos de formação e suas articulações. Para tal, parte-se da compreensão de que o resultado das pressões dos movimentos sociais (organizações e instituições populares) sobre o Estado constitui-se no denominador comum, tanto para os assentamentos derivados da intervenção direta do Estado como para os que resultam do reconhecimento e da legalização de ocupações tradicionais da região ameaçadas pelo processo de valorização fundiária promovido também pelo próprio Estado.

Tabela 1 - Formas de Acesso à Terra Identificadas no Médio São Francisco, 2006.

Municípios	PA Reforma Agrária (1)	Acam- pa- mentos (2)	Projeto Cédula da Terra ⁽³⁾	Projeto Crédito Fundário (3)	Comunida- des Negras Rurais Quilombo- las ⁽⁴⁾	Comunida- des de Fundo de Pasto ⁽⁵⁾	Indígenas
Barra	9	1	1	3	7		
Bom Jesus da Lapa	9	3	1		15		
Brejolândia							
Brotas de Macaúbas						2	
Buritirama						4	
Carinhanha	4	3			10		
Feira da Mata		4					
Ibotirama	1	5	2	1			1
Igaporã					9		
Iuiú							
Malhada	3	2			4		
Matina			1				
Morpará	1		2				
Muquém do São Francisco	3	4	1		1		1
Paratinga	4	1					
Oliveira dos Brejinhos	1			2		13	
Riacho de Santana	1		1	1	11		
Serra do Ramalho	3						1
Sítio do Mato	12	4			4		
TOTAL	51	27	9	7	61	19	3

FONTE: (1) INCRA/BA SR 05; (2) MST, FETAG, CETA; (3) CDA; (4) Fundação Cultural Palmares, CDA; (5) CDA., CPT, Fundação Palmares. Elaboração: Projeto GeografAR

MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA
 FORMAS DE ACESSO À TERRA IDENTIFICADAS
 2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
 Fontes dos dados: CAR, CDA, INCRA, MST, FETAG, CETA, CPT e
 Fundação Palmares (dez/ 2005); ANAI, DSEI e FUNASA (2002)
 Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



4.1 Assentamentos derivados da ação do Estado

a) Projeto de Colonização

O Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho foi implantado, em 1975, para abrigar a população atingida pela construção da usina hidrelétrica de Sobradinho, nos municípios de Carinhanha e Bom Jesus da Lapa, tendo sido emancipado e constituído como município em 1989. Este foi o último projeto de colonização do Estado da Bahia, em uma área de 258.483,39 ha, organizado em 23 agrovilas, com lotes para moradias e parcelas rurais e, em 1985, haviam 5.180 famílias contabilizadas. Inicialmente foi denominado “Projeto Especial de Colonização de Sobradinho”, no entanto, muitas famílias resistiram ‘a mudança, preferindo fixar-se nas margens do lago e não a 700 km de seu lugar de origem. Devido a isso os lotes passaram a ser oferecido a quem se interessasse e se submetesse a adaptar-se ao “enquadramento” do espaço e da situação e o projeto passou a ser denominado de “Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho”. O PEC Serra do Ramalho segue a mesma lógica em termos de planejamento espacial de outros projetos realizados naquele período: um grande projeto em área contínua, fracionada em parcelas individuais, organizadas de forma linear e simétrica. O tamanho das parcelas é determinado pelo módulo da propriedade rural para a região, que é repetido nos planos sobre as mesas dos escritórios, lado a lado, até preencher toda a área. Na mesa dos técnicos, o espaço é tratado como se fosse homogêneo, reproduz-se um “modelo ideal” quanto às características de solo e de relevo, e, quando é levado para a realidade, é esta que tem de se adaptar ao modelo e não o contrário (GERMANI, 1993, 2001 e ESTRELA, 2004).

Os pressupostos teóricos de sua concepção reproduzem e deixam plasmados, em suas formas espaciais, o conteúdo social daquele período histórico e a forma autoritária e compulsória praticada pelo regime militar. Não obstante, é significativo o fato de que, após dezesseis anos, tenha conseguido arregimentar forças políticas que o levaram a emancipar-se de seus municípios de origem. Em 2000, o município de Serra do Ramalho tinha uma população de 32.600 habitantes, sendo que destes 28.858 (correspondendo a 88,52%) residiam na área rural e 3.742 na área urbana.

Também é significativo o fato de que a população ribeirinha, que ocupava a área anteriormente a implantação do Projeto de Colonização, não ter se “enquadrado” à nova lógica e, após uma longa luta de resistência, manteve suas ocupações originárias, localizadas em áreas destinadas a reserva ambiental. Suas nove comunidades constituem, hoje, no Projeto de Assentamento Reserva Extrativista São Francisco⁴. Fato semelhante ocorreu com os índios

Pankaru que habitam a área e foram “assentados” na Agrovila 19 e só recentemente tiveram sua aldeia Vargem Alegre transferida do “centro” para a “boca” da mata de Serra do Ramalho.

A análise da realidade de Serra do Ramalho permite identificar, desde sua origem, a produção de uma seletividade espacial na ação do Estado também na escala regional. As terras onde foi implantado o PEC Serra do Ramalho e que constitui, hoje, o município de Serra do Ramalho foram objetos de estudo para implantação de projeto de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)⁵ como parte do Projeto Formoso. A idéia foi abandonada quando as terras foram negociadas com o INCRA para a implantação do projeto de colonização. No entanto, a CODEVASF implantou o perímetro irrigado Formoso A e H em propriedade limítrofe, separada apenas pela BR 349.

A leitura das paisagens de Serra do Ramalho e o Perímetro Irrigado Formoso revelam os diferentes objetivos das políticas destinadas à área rural. Demonstra, também, que o Estado não complementa o circuito de seus investimentos ao implantar um projeto de colonização em região semi-árida e às margens de um rio sem contemplar a possibilidade de utilização de irrigação (GERMANI, 1993 e 2001). Em Serra do Ramalho, hoje, exceto algumas propriedades que utilizam irrigação, predomina a agricultura de sequeiro e uma grande ociosidade das terras, apresentando carência de empregos e de serviços sociais básicos.

Apesar de a ocupação ter sido estabelecida em parcelas individuais iguais para cada família – o que deveria corresponder a uma distribuição equitativa e a uma classificação do Índice de Gini de “nula a fraca” observa-se, passados dez anos de sua emancipação, que já aponta para uma perspectiva de concentração com um índice de 0,410, considerado como de “fraco a médio” (GeografAR, 2005).

O resultado da carência de oferta de empregos e de serviços básicos, acima referida, vai aparecer nos dados levantados em recente estudo de Coelho Neto (2004) que revelam que grande parte dos trabalhadores rurais do perímetro irrigado Formoso são originários de Serra do Ramalho.

b) Projetos de irrigação pública na região do Médio São Francisco⁶

Por se tratar de uma região semi-árida o acesso à terra no MSF deve vir acompanhado do acesso à água, neste sentido a ação do Estado para garantir o acesso à água para a produção da atividade agrícola se reveste da grande importância. Mais evidente fica isto quando a região em foco acompanha linearmente o curso de um rio perene: o rio São Francisco. O que não foi visto acontecer em Serra do Ramalho foi garantido para os que estão do outro lado da estrada nos projetos de irrigação implantados pela CODEVASF, como já referido.

O Projeto de irrigação Formoso – o Formoso A, implantado em 1985, e o Formoso H, implantado em 1999 – é o único projeto de irrigação pública no MSF. Neste Projeto a CODEVASF estabeleceu mudanças nos fundamentos da política de irrigação quanto ao seu propósito de interesse social dos perímetros públicos. Inicialmente, destina áreas não mais só para trabalhadores do campo nas condições de desemprego e falta de terras – assentados como colonos – mas destina, também, área significativa para empresas. Posteriormente, esta mudança reflete na própria seleção dos colonos voltada a selecionar irrigantes empreendedores e aptos a conviver com as exigências do mercado.

Algumas repercussões espaciais decorrentes do modelo de irrigação adotado para a região podem ser destacadas. O pequeno e localizado alcance da irrigação pública no Médio São Francisco produz uma seletividade espacial, distanciando os espaços irrigados da realidade rural regional. A política de priorização às empresas tem se mostrado contraditória, quando analisada a efetividade de ocupação das terras nos perímetros do Médio São Francisco, pois, enquanto os lotes destinados à colonização atingem 96% de ocupação, os lotes empresariais apresentam uma ociosidade de 77% (COELHO NETO, 2004). As obras de infra-estrutura social não contemplaram energia elétrica, abastecimento de água tratada para os colonos, esgotamento sanitário, ou seja, condições básicas para habitação das 928 famílias assentadas, produzindo uma contraditória situação que incorpora uma moderna infra-estrutura de produção e a precariedade das condições de vida nas vilas e nos lotes de colonização.

c) Projetos de Reforma Agrária

Os projetos de assentamentos que sucederam ao PEC Serra do Ramalho foram realizados sob a égide do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Era outro momento político, com diferente correlação de forças, estabelecendo novos processos e dando possibilidade, também, para formas menos rígidas de organização do espaço. O primeiro assentamento de Reforma Agrária do MSF foi implantado no município de Barra, em 1988, e hoje somam 51 Projetos de Reforma Agrária (PRA). É a região baiana com maior área reformada (290.429,41 ha) e com o maior número de famílias assentadas (8.912 famílias).

Estes assentamentos estão presentes em quase todos os municípios, destacando-se o de Sítio do Mato, com 12 PRA's, onde se forma um contínuo de área reformada⁷.

A implantação destes projetos tem uma periodicidade e, associada a ela, algumas características que permite identificar duas fases. Na primeira, embora o instrumento jurídico usado tenha sido o da desapropriação, caracteriza-se como regularização fundiária, conseguida pela pressão das organizações sociais que atuavam na região para reconhecer o

direito dos que já ocupavam as áreas, há muito tempo, como agregados ou posseiros. A continuação inicia-se a pressão das ocupações, principalmente de áreas pertencentes a empresas agropecuárias que se implantaram na região com o apoio da SUDENE e abandonaram terras e projetos. Para se ter uma idéia, a análise preliminar dos 51 processos administrativos de desapropriação realizadas no MSF para implantação de PRA, aponta que 20 desapropriações foram realizadas em imóveis pertencentes a pessoa jurídica.

A análise dos processos administrativos revela, também, que três imóveis desapropriados foram enquadrados como Projeto Especial Quilombola (PEQ) Entretanto, 13 outros PA's referentes também a comunidades quilombolas foram desapropriadas antes da instituição dos PEQ's sendo implantados nos moldes dos projetos de reforma agrária, com conseqüências bastante negativas para aquelas comunidades. Em especial, por interferir na organização social do grupo em sua relação com a propriedade da terra.

A localização da grande maioria dos PRA é próximo ao rio, mas nem por isso tem acesso à água para a atividade produtiva. A estratégia vem sendo, quando possível, a continuidade da tradicional articulação da agricultura de vazante e de sequeiro. A alternativa de renda que se apresenta para um grande número desses projetos é a extração de madeira da Caatinga para a produção de carvão. Atividade clandestina que vem sendo orquestrada e financiada por grupos econômicos de fora da região e timidamente combatida pelo IBAMA e INCRA.

Igual o que ocorre em outras áreas do país, os projetos de Reforma Agrária só são implantados pela pressão dos movimentos sociais através das ocupações e acampamentos. Não obstante as dificuldades e dinâmica destes registros, atualmente, há 27 acampamentos com aproximadamente 1.334 famílias de trabalhadores rurais sem terra no MSF, sendo destaque o município de Ibotirama com cinco acampamentos.

d) Programa Cédula da Terra/Crédito Fundiário

Outras formas de acesso à terra encontrada na região são os assentamentos do Programa Cédula da Terra (PCT) e Crédito Fundiário (CF), implantado com o apoio do Banco Mundial. No Estado da Bahia, o PCT foi oficialmente lançado em novembro de 1997, tendo sua fase piloto concluído no ano 2000, mas tendo continuidade através do Programa de Crédito Fundiário (PCF). Não obstante a resistência das principais organizações e movimentos sociais este programa vem sendo implantado no Estado da Bahia num ritmo bastante acelerado. Na região do MSF foram adquiridas nove áreas através do Cédula da

Terra e sete através do Crédito Fundiário, totalizando uma área de 14.998 ha envolvendo 532 famílias.

Além dos entraves que este Programa tem enfrentado soma-se, na região do MSF, a dificuldade de comprovação da origem da cadeia dominial de propriedade, pois grande parte das terras dessa região é constituída por terras devolutas e carecem de legalização não podendo, portanto, serem legalmente comercializadas através do PCT/PCF (GERMANI, OLALDE, OLIVEIRA e CARVALHO, 2006)

4.2. Comunidades Tradicionais

O que se pode observar em todo o MSF é um processo de conversão de terras de uso comum às possibilidades de apropriação individual e à sua conseguinte conversão ao mercado. Formas tradicionais de acesso e uso comum das terras – como as Comunidades Negras Rurais Quilombolas e os Fundos de Pasto – se vêm ameaçadas com a valorização e o conseqüente “cercamento” dos campos comuns, tendo muitas áreas desaparecido.

Muitas comunidades tradicionais além de excluídas das benesses deste processo de reestruturação produtiva foram, também, expulsas das terras que ocupavam. As comunidades que sobreviveram foram, com o apoio das organizações populares que atuam na região – em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fundação de Desenvolvimento e Integração do São Francisco (FUNDIFRAN) –, se reconhecendo em sua singularidade e, pouco a pouco, fortalecendo o movimento de resistência e luta para permanência na terra.

Mais uma vez vai ser a resistência organizada e o apoio das organizações populares quem vai garantir a existência e permanência de 61 Comunidades Negras Rurais Quilombolas e 19 Fundos de Pasto no MSF.

Há registro da presença indígena de 14 famílias de Pankaru, em Serra do Ramalho, na Agrovila 19 e em sua aldeia Vargem Alegre; de 96 famílias de Tuxá que, em 1987, foram desabrigadas pela construção da barragem de Itaparica e foram para Ibotirama, além de 32 famílias de índios Kiriris, originários do Nordeste do estado da Bahia.

Dentre as Comunidades Negras Rurais Quilombolas do MSF é relevante citar a Comunidade de Rio das Rãs, cujo conflito e resistência significou um marco constituindo-se na primeira área quilombola reconhecida no Brasil.

As conquistas servem de estímulo para que outras comunidades quilombolas, de fundo de pasto, ribeirinhos e indígenas ganhem visibilidade e resistam a sair das terras e, valorizando sua identidade e singularidade de seus modos de vida, lutem pelo reconhecimento legal de seus direitos. Estas comunidades passam, através da organização da resistência, a

confirmar suas formas de produzir, a encontrar formas alternativas e, também, de se apropriar de técnicas produtivas modernas de convivência com o semi-árido sem, obrigatoriamente, romper com seu modo de vida singular camponês.

Ao mesmo tempo se observar, em toda a região, um crescente processo de conversão de terras de uso comum e de terras devolutas em propriedades individuais, exercendo forte pressão, em especial, para a desestruturação de comunidades tradicionais como as de Fundo de Pasto, objeto da pesquisa anteriormente referida que se focará a seguir.

a) Comunidade de Fundo de Pasto

As Comunidades de Fundo de Pasto são formações sócio-econômicas que configuram um modelo singular de posse e uso da terra, cuja expressão social vai além de sua importância produtiva. Construíram, historicamente, um modo de vida particular no semi-árido baiano, onde os costumes, alicerçados nas relações de parentesco e compadrio, criaram regras consensuais e orientam o uso comum de terras para criação de gado de pequeno porte articulado ao uso individual de parcelas dispersas, onde plantam e residem ⁸.

As propriedades comunitárias são abertas, sem cercas que distingam a posse individual e, até pouco tempo, nem os limites gerais eram cercados. As cercas existentes não delimitam propriedades, mas preservam as áreas de plantio e de moradia. As cercas dos limites gerais da comunidade são construídas não para demarcar a propriedade, mas para barrar a pressão dos agentes externos, que avançam sobre suas terras.

A forma de organização destas comunidades varia conforme as condições climáticas ou em função de critérios convencionados por cada grupo recebendo a denominação de Fundo ou Feche de Pasto, sendo que na área de estudo só são encontrados o primeiro caso. Entender estas diferenças é fundamental para a organização, a identidade política e o fortalecimento da luta de resistência⁹.

As Comunidades de Fundo de Pasto estão localizadas, em sua totalidade, no semi-árido baiano, no ecossistema Caatinga, com grande escassez de água. Compartilhar a terra comum faz parte da lógica do sistema produtivo desenvolvido e constitui-se numa estratégia de reprodução e num modo de vida singular desses camponeses. Há quanto tempo fazem isto? Não há como precisar, mas há famílias que comprovam sua permanência na área desde 1735.

Não obstante as pressões e o cercamento das terras livres terem diminuído muito a capacidade de suporte, é nestas áreas onde o bioma Caatinga encontra-se mais preservado. A consciência da preservação tem como motivação não a necessidade das gerações futuras, mas a sobrevivência da geração atual.

Necessidade colocada, principalmente, porque estão vendo seus recursos naturais, antes espalhados em territórios sem limites sendo limitados ou tragados pelas cercas. A capacidade de suporte da Caatinga diminui, o que os obriga a apreender e descobrir práticas de manejo apropriadas bem como sua recomposição. Não é sem significado que o documento elaborado, em abril de 2003, pela Articulação Estadual dos Fundos e Feches de Pasto se denomine "O Fundo de Pasto que queremos: Política fundiária, agrícola e ambiental para os Fundos de Pastos baianos" (AEFFP, 2003/2004).

As comunidades buscam alternativas econômicas além da criação, como a produção de mel e o aproveitamento e o beneficiamento de frutas silvestres, a exemplo do umbu e do tamarindo. Mas são constantemente instigadas a não resistir e a ceder às pressões externas das empresas mineradoras; da produção de carvão; da extração da casca do angico, entre outras.¹⁰

Muitas áreas de Fundo de Pasto coincidem com a formação rochosa calcária – mármore e outros metais associados – de grande valor comercial, o que leva as empresas mineradoras a entrarem nas áreas sem autorização ou a tentarem "comprar" a autorização, oferecendo pagamento durante o tempo em que estiverem explorando a área. Ao saírem, deixam uma paisagem de "terra arrasada". As Comunidades de Fundo e Pasto estão tentando obter licença para que elas possam explorar tendo mais cuidado com as feridas abertas pela extração, como também se beneficiando da venda deste recurso. É uma proposta ainda em andamento promovida pelas Associações.

Mas, sem dúvida, é o conflito com os grileiros que se apresenta como maior ameaça a estas comunidades. Por isso, o reconhecimento e legalização de suas terras passam a ser uma necessidade imperiosa, sem a qual perde sentido, inclusive, falar em preservação do meio ambiente ou em sustentabilidade.

Mas conseguir a titulação, ao mesmo tempo em que é uma necessidade, se apresenta, também, como uma ameaça e tem colocado muitas comunidades num impasse. Ocorre, como já referido, que estas comunidades construíram regras consensuais próprias de sua organização, isto é, reconhecidas pela comunidade. E o processo de reconhecimento exige, em primeiro lugar, a formalização desta organização. O que antes era só família, compadre e comadre, tem que se transformar numa Associação, com presidente, tesoureiro, conselheiro... Cargos estes nem sempre ocupados pelas pessoas que, até então, mereciam o respeito e o reconhecimento da Comunidade, mas que, muitas vezes, não apresentam a capacitação necessária para outros tipos de interlocução externa e para a gestão em novas bases. O compromisso que antes era assumido pela palavra dada, precisa estar lavrado numa ata e

obedecer a um estatuto registrado. Novos valores colocados que interferem na organização social da comunidade.

O reconhecimento dessas terras passa pela definição dos limites de seus territórios e, principalmente, dos limites internos, que sempre foram reconhecidos sem o uso de GPS nem de cercas. Sempre foram territórios fluídos, definidos pelo respeito e necessidade do grupo social. Passando pela organização espacial de suas comunidades e a delimitação de áreas individuais e coletivas.

Esta questão torna explícita a fragilidade do direito comum em confirmar o que foi definido pelo costume, o reconhecimento legal de terras de uso comum por uma comunidade. Diante da dificuldade, usa-se um sem número de artifícios legais com relação à área de uso comum, enquanto a área correspondente à parcela individual é titulada. Isto cria a possibilidade de cercas internas virem definir a apropriação individual, o que interfere, como uma cunha, na forma de organização do grupo e na sua forma de produzir, trazendo a possibilidade de conversão ao mercado das terras antes de uso comum.

A capacidade de suporte e a manutenção e permanência deste modo de vida singular só é possível porque articula os lotes individuais – cuja parte maior é destinada ao uso comum – e as terras reconhecidas como de todos. A singularidade deste modo de vida reside na articulação dos lotes individuais e do lote coletivo, não pela somatória destes.

Por estes e outros motivos, a luta pela legalização e reconhecimento de suas terras se apresenta, ao mesmo tempo, como uma ameaça. Ameaça que só encontra barreiras na resistência organizada das comunidades, mas que também exige pensar estratégias na forma jurídica de legalização das áreas. Estão sendo discutidos modelos de reserva extrativista ou um modelo singular de reserva de terras de uso comum, questões que tem colocado na discussão outros segmentos da sociedade como advogados e geógrafos.

Sem dúvidas, o modo de vida singular das Comunidades de Fundo de Pasto é resultado do conhecimento desenvolvido por este grupo social das condições naturais do semi-árido, conformado, ao mesmo tempo, sua organização social e espacial. Atualmente, a existência e permanência destas Comunidades são resultados de sua resistência organizada enquanto grupo social ameaçado. Este grupo passa a ter uma presença e participação destacada na constituição do Território do Velho Chico.

5 A construção do Território do Velho Chico

Assim, como para os anos 1990 a emergência da noção de “agricultura familiar” foi um traço marcante, tanto no debate acadêmico como no campo das políticas públicas, o mesmo vem acontecendo na presente década com a chamada “abordagem territorial” do desenvolvimento rural.

Em 2003 foi criada a SDT, vinculada ao MDA, cuja finalidade é desenvolver ações que visem promover o desenvolvimento de territórios rurais no Brasil, priorizando a agricultura familiar e outras categorias rurais tradicionalmente esquecidas. O território, segundo concepção assumida pela SDT, é entendido como um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Na perspectiva de se constituir enquanto território de desenvolvimento, municípios do Médio São Francisco se articularam, enquanto grupos distintos, mas buscando interesses comuns e, em junho de 2004, se formou o Território do Velho Chico (TVC) tendo a FUNDIFRAN como entidade “Proponente” ou de “Referência”. No MSF foram identificadas mais de 70 entidades, cujo grau de participação tem crescido, e a própria composição do Fórum é dinâmica, assim como a própria delimitação do território. Atualmente, o Conselho de Desenvolvimento Territorial é formado por 42 representantes. Destes, 15 são de instituições públicas e financeiras e 27 membros da sociedade civil. A partir do trabalho realizado nos últimos dois anos (2005/2006), o processo atual de articulação do TVC encontra-se na fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial.

O acompanhamento das atividades da implantação do TVC a partir de participação nas oficinas e debates com lideranças permite-se visualizar suas perspectivas e potencialidades. Um ponto positivo desta política territorial pode estar na capacidade de mobilização e articulação dos atores. Contudo, observa-se que dita mobilização e articulação apresenta ainda um viés marcadamente setorial, privilegiando os investimentos de infra-estrutura produtiva agrária enquanto que outras questões não estão recebendo o mesmo nível de atenção.

6 Considerações Finais

Houve nas últimas décadas um processo intenso de reestruturação produtiva no MSF que alterou profundamente as relações de produção na agricultura. Também alterou

profundamente a valorização das terras. Este processo de valorização produtiva e fundiária pós década de 1970 tanto coloca em risco as formas precárias de acesso à terra como cria novas formas como os projetos de colonização, irrigação além dos projetos de reforma agrária e de áreas adquiridas através do crédito fundiário.

A resistência e pressão organizada da população têm conquistando o reconhecimento e a legalização de seu modo de ocupação do território contribuindo para a consolidação de um mosaico variado de formas de acesso à terra no MSF.

Sem dúvidas, a região do MSF apresenta uma riqueza e diversidade de formas de acesso à terra quer as historicamente construídas ou pela implantação de diferentes programas de políticas públicas, que a atual política de Desenvolvimento Territorial necessita levar em conta. A cada uma delas corresponde também diferentes formas de organizações das comunidades envolvidas quanto às relações sociais de produção e das tradições culturais. Todas, ao seu modo, contribuem para dar continuidade à história da luta pela terra em nosso país .

Por último, a discussão da questão territorial não deve desviar o foco da importância que ainda têm as políticas agrícola e agrária. O acesso à terra e à água, o crédito rural, a assistência técnica e a comercialização são aspectos chave para o desenvolvimento territorial de qualquer região e, em especial, na região em estudo.

Referências bibliográficas

AEFFP-ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. O Fundo de pasto que queremos. Política Fundiária, Agrícola e Ambiental para os Fundos de Pasto Baianos. Salvador (BA), abril de 2003, revisado em abril de 2004.

ALCÂNTARA, Denilson Moreira e GERMANI, Guiomar I. Fundo de Pasto em Canudos (BA): produção do espaço a partir da resistência. Caderno de Resumos do XVII ENGA. Gramado (RS): UFRGS, 2004, p. 60.

CEAS - CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL O Médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. Cadernos do CEAS, N° 26, Salvador, agosto de 1973, p. 1-45.

COELHO NETO, Agripino Souza. As repercussões espaciais das políticas de irrigação no Vale do São Francisco – uma análise do Projeto de Irrigação Formoso no município de Bom Jesus da Lapa (BA). Dissertação. Mestrado em Geografia do IGEO/UFBA. 2004.

ESTRELA, Ely. Três felicidades e um desengano. A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em História Social, 2004.

GERMANI, Guiomar. Inez. “Cuestión agraria y asentamiento de población em el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)”. Barcelona: Universidad de Barcelona. Tese de Doutorado em Geografia. 1993.

GERMANI, Guiomar. Inez. Assentamentos de Reforma Agrária: produção de novos espaços de vida e de conflito. Revista Cultura Vozes. n. 6, nov-dez de 2001, p 67-84.

GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alícia Ruiz e OLIVEIRA, Gilca Garcia. Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco (BA). Relatório Técnico. Salvador (BA): MGEO/GeografAR/UFBA. Agosto de 2006.

GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alícia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia e CARVALHO, Edmilson. A implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In Sauer, Sérgio e Pereira, João Mendes (orgs.) Capturando a Terra. São Paulo, Expressão Popular, 2006, 229-258.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. A Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa GeografAR. Programa de Pós-graduação em Geografia. MGEO/UFBA/CNPq. Salvador, dezembro 2005.

SANTOS, Cirlene Jeane S. e GERMANI, Guiomar. Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto na Bahia. Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco (AC) 2006.

¹ Pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa GeografAR e integra uma pesquisa mais ampla “Acesso à terra e desenvolvimento territorial no semi-árido nordestino”, realizada junto com pesquisadores do Ceará e de Pernambuco em parceria com o *Natural Resources Institute (NRI)*, da *University of Greenwich*, com apoio do *Department for International Development (DFID/UK)*. Os resultados da pesquisa estão em GERMANI, OLALDE e OLIVEIRA (2006).

² Realizada pelo Grupo de Pesquisa GeografAR –MGEO/UFBA com apoio do CNPq.

³ Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Brotas de Macaúbas (incorporado posteriormente ao TVC), Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

⁴ São três Projeto de Assentamento: Reserva Extrativista São Francisco, Reserva Oeste e Fazenda CSB.

⁵ Embora tenha mantido a sigla a CODEVASF atualmente tem com área de atuação também a Bahia do Rio Parnaíba sendo denominada de Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

⁶ Ver mais a respeito Germani (1993) e Coelho Neto (2004).

⁷ É interessante observar que é este município que apresentava o Índice de Gini de 0,928, o mais elevado da região de acordo com os dados do último Censo (1995/96), faltando constatar se esta situação foi modificada com a posterior instalação dos projetos de Reforma Agrária.

⁸ Pesquisadores do GeografAR estão dando continuidade a estudos nas áreas de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia. Ver a respeito Alcântara e Germani (2005) e Santos e Germani (2005 e 2006).

⁹ As Comunidades de Fecho de Pasto estão localizadas em regiões mais úmidas, com vegetação nativa mais densa e com marcante presença de água, não sendo registrada sua presença na área de estudo. A utilização das terras comuns se dá no período de estiagem quando levam os animais para áreas denominadas de "refrigérios". Nestas comunidades a criação de animais de pequeno porte está associada a de bovinos. Outra particularidade é que a pecuária divide importância com a agricultura, sendo muitas atividades desenvolvidas de forma coletiva.

¹⁰ A extração da casca de angico, nas comunidades de Fundo de Pasto, em especial no município de Senhor do Bonfim, aparece na pauta do seminário "Fundo de pasto e meio ambiente", realizado no dia 24 e 25 de dezembro de 2004, como um problema ambiental bastante grave. A retirada da casca, sem o devido cuidado, feito sem o consentimento e de forma clandestina, comprometendo a vida desta espécie de vegetação.